



Fundação Valeparaibana de Ensino

CNPJ nº 00.191.244/0001-20 - Inscrição Estadual: 645.070.494-112 - Inscrição Municipal: 18.083
Pra Cândido Dias Castejón, 116 - Centro - São José dos Campos - SP - CEP 12245-720

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de Reais)				
Ativo	Nota	2024	2023	
Circulante				
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	23.408	23.321	
Caixa restrito	3	747	1.274	
Títulos e valores mobiliários	4	30.375	32.369	
Contas a receber de alunos	5	18.537	17.503	
Outras contas a receber	5.1	9.556	9.345	
Estoque		112	118	
Total ativo circulante		82.735	83.930	
Não circulante				
Caixa restrito	3	184	166	
Contas a receber de alunos	5	9.371	10.032	
Depósito judicial	12	274	530	
Propriedades para investimentos	6	14.383	14.729	
Ativo imobilizado	7	152.034	152.240	
Total do ativo não circulante		176.246	177.697	
Total do ativo		258.981	261.627	

Passivo e patrimônio líquido				
	Nota	2024	2023	
Circulante				
Fornecedores	8	967	1.417	
Empréstimos e financiamentos	8	1.250	1.354	
Salários e encargos sociais	9	8.939	8.514	
Recursos destinados à inovação tecnológica	10	933	1.481	
Matrículas recebidas antecipadamente		3.740	3.390	
Receita a apropriar		240	240	
Outras contas a pagar		603	462	
Total passivo circulante		16.672	16.858	
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	8	938	2.188	
Subvenção	11	6.589	6.763	
Provisão para riscos trabalhistas	12	6.052	4.953	
Outras contas a pagar		65	965	
Receita a apropriar		600	840	
Total do passivo não circulante		14.244	15.709	
Patrimônio líquido	13			
Patrimônio social		144.493	142.192	
Reserva de reavaliação		84.192	84.567	
Superávit / Superávit acumulado		(620)	2.301	
Total do passivo e do patrimônio líquido		258.981	261.627	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Reserva de reavaliação	Superávit/(Déficit) acumulado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	103.487	84.943	38.705	227.135
Destinação do superávit do ano anterior ao patrimônio social	38.705	-	(38.705)	-
Reavaliação da reserva de reavaliação	-	(376)	376	-
Realização do exercício	-	-	1.925	1.925
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	142.192	84.567	2.301	229.060
Destinação do superávit do ano anterior ao patrimônio social	2.301	-	(2.301)	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(375)	375	-
(Déficit) / Superávit do exercício	-	-	(995)	(995)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	144.493	84.192	(620)	228.065

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

1. Informações gerais:
A Fundação Valeparaibana de Ensino, pessoa jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa e voltada à Assistência Social na área da Educação, declarada de utilidade pública, nos âmbitos: Estadual (Lei nº 1.702/78) e Municipal (Lei nº 1.420/67), com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, está em pleno e regular funcionamento desde sua instituição em 24 de agosto de 1963, no cumprimento de suas finalidades; é imune de tributos sobre seu patrimônio, rendas e serviços, nos termos da alínea "c" do inciso VI do art. 150, da Constituição Federal do Brasil, e atende às exigências legais para usufruir da imunidade tributária, em consonância com o Código Tributário Nacional e também de isenções/munidades fiscais. A Fundação possui a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social-CEBAS na área da educação, com vigência de 27 de maio de 2020 a 26 de maio de 2023, nos termos da Portaria nº 523, de 10 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 11 de março de 2022; requereu a renovação no Ministério da Educação, por meio do processo protocolado empenhativo sob o nº 23.000.03472/12022-32, em 06 de dezembro de 2022, o qual se encontra no aguardo de análise, possuindo, portanto, nos termos da legislação vigente (artigo 37, §º 2º da LC 187/2021 e artigo 14 do Decreto nº 11.791 de 21 de novembro de 2023, certificado ativo. Nos termos estatutários, as demonstrações contábeis são submetidas à análise e parecer do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, para posterior deliberação do Conselho Curador e, sendo aprovada, é remetida ao Ministério Público do Estado de São Paulo - Curadoria de Fundações.

Práticas ambientais, sociais e de governança:
Pensar e atuar de maneira sustentável é um valor que praticamos em todos os níveis de ensino, juntamente com nossos colaboradores. Nossas ações ambientais estão focadas na educação ambiental, pois acreditamos que a mudança no comportamento tem o poder de transformação na trajetória de um mundo sustentável. Todos os resíduos gerados pela FVE são segregados e destinados de acordo com a sua natureza, tendo sempre a reciclagem como primordial. O respeito ao Meio Ambiente é um dos princípios da FVE, sendo parte de nosso compromisso a construção de um futuro sustentável. Nesse sentido, vale ressaltar que a instituição possui mais de 1.533.611,00m² entre áreas de recuperação e preservação.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:
As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas consistentemente em todos os exercícios apresentados. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pelo Conselho Curador da Fundação em 23 de abril de 2025.

2.1. Duração de conformidade e base de preparação:
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas a entidades sem finalidade de lucros, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), considerando a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07, aprovada pela Resolução nº 1.305/2010 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Interpretação Técnica Geral ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021 (CEBAS), e Decreto nº 11.791/2023, que regulamenta a referida LC 187/2021.

2.1.1 Moeda funcional e moeda de apresentação:
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda oficial do país e funcional da Fundação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.2 Base de elaboração:
As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra maneira, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

2.1.3 Demonstrações dos fluxos de caixa:
A entidade sem finalidade de lucro deve apresentar a Demonstração dos Fluxos de Caixa conforme previsto na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável.

2.1.4 Continuidade:
A Administração avaliou a capacidade da Entidade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa:
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos de até 90 dias ou menos a partir da data de sua aplicação e com risco insignificante de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é determinado considerando-se em sua totalidade as aplicações financeiras prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estarem sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Este cálculo, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotas, exceto as informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

2.3. Caixa restrito:
Incluem numerários com utilização restrita para desembolsos com gastos em projetos de pesquisa científica e inovação tecnológica (nota 3), oriundos de plano de aplicação definidos em comum acordo com agências de fomento e, portanto, não podem ser utilizados nas operações da Fundação.

2.4. Títulos e valores mobiliários:
Títulos e valores mobiliários estão representados por aplicações em fundos de investimento com prazo de resgate superior a 90 dias da data da aplicação e/ou mantidas até o vencimento, acrescidas dos rendimentos auferidos "pro rata temporis", são classificadas como destinadas à negociação e depositadas em bancos de baixo risco de crédito avaliados por agências de rating.

2.5. Ativos e passivos financeiros:
a) Ativos financeiros não derivativos:
A Fundação reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do superávit) do exercício são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Fundação baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Fundação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço quando, e somente quando, a Fundação tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Ativos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do superávit (déficit) do exercício. Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do superávit (déficit) do exercício caso seja classificado como mantido para negociação, quando não se destina ao critério de contabilização. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Fundação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, matrículas recebidas antecipadamente e outras contas a pagar. Os passivos financeiros de empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo superávit (déficit) do exercício.

b) Empréstimos e recebíveis:
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de alunos e outras contas a receber.

c) Passivos financeiros:
A Fundação reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Fundação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Fundação utiliza a data de liquidação como critério de contabilização. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Fundação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, matrículas recebidas antecipadamente e outras contas a pagar. Os passivos financeiros de empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

d) Instrumentos financeiros derivativos:
São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Custos de transação atribuíveis são reconhecidos no superávit (déficit) do exercício quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no superávit (déficit) do exercício. A Fundação não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.6. Contas a receber:
As contas a receber de alunos correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços educacionais. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. A partir de 2016 a instituição concedeu ao aluno um produto de pagamento privado denominado "Programa de Crédito Educativo Institucional - PROCREG", com propósito de ofertar uma alternativa de pagamento para o aluno que não obtive o FIES, PROUNI e bolsas institucionais. O produto tem como objetivo financiar o percentual limitado a 40% do valor das mensalidades. O cálculo do valor presente é efetuado para

Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2024	2023
Anuidades de educação superior e básica	14	90.515	84.671
Receita operacional líquida	14	90.515	84.671
Custo dos serviços prestados	15	(77.851)	(71.608)
Resultado bruto		12.664	13.063
Recursos (Despesas) operacionais			
Despesas com pessoal	16	(3.962)	(3.592)
Depreciação de bens do imobilizado e propriedade para investimentos	16	(3.962)	(3.592)
Outras receitas	17	19.474	18.349
Outras despesas	16	(18.263)	(18.169)
Déficit antes do resultado financeiro		(9.733)	(8.862)
Resultado financeiro líquido	18	8.739	10.787
(Déficit) / Superávit do exercício		(995)	1.925

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de Reais)

	2024	2023
(Déficit) / Superávit do exercício	(995)	1.925
Outros resultados abrangentes	375	376
Resultado abrangente do período	(620)	2.301

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito:

	2024	2023
Caixa (a)	27	33
Conta corrente (a)	36	91
Certificados de depósito bancário (a)	23.345	23.193
Total de caixa e equivalentes de caixa	23.408	23.317
Caixa restrito ativo circulante (b)	747	1.278
Caixa restrito ativo não circulante (b)	184	166
Total do caixa restrito	24.339	24.751

A Rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", registrada no valor de R\$ 23.408 em 2024 (R\$ 23.317 em 2023), corresponde às disponibilidades em espécie, contas correntes bancárias e aplicações em CDB, depositadas em bancos de baixo risco de crédito avaliados por agências de rating, as quais são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações em CDBs são atualizadas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), remunerados às taxas que se aproximam de 100% desse Indexador; representam os numerários com utilização restrita para desembolsos com gastos em projetos de pesquisa científica e inovação tecnológica, mediante plano de aplicação específico e, portanto, não podem ser utilizados nas operações de ensino e Administração da Fundação. A composição desses numerários restos é assim demonstrada:

	2024	2023
Numerários em conta corrente	5	4
Certificados de Depósitos Bancários-CDB	-	-
Títulos e valores mobiliários-Fundos de Investimento	926	1.440
	931	1.444

Circulante

	2024	2023
Não circulante	184	166
	331	1.444

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão demonstrados líquidos do caixa restrito, conforme segue:

	2024	2023
Disponibilidades	23.413	23.321
Caixa e equivalente de caixa-caixa restrito	(5)	(4)
Caixa e equivalente de caixa-balanco patrimonial	23.408	23.317

4. Títulos e valores mobiliários:

A Rubrica "Títulos e valores mobiliários" registrada no valor de R\$ 30.375 em 2024 (R\$ 32.369 em 2023), corresponde às aplicações em fundos de investimento, acrescidas dos rendimentos auferidos "pro rata temporis", são classificadas como destinadas à negociação e depositadas em bancos de baixo risco de crédito avaliados por agências de rating. A taxa média de rendimentos dos títulos e valores mobiliários no exercício de 2024 foi de aproximadamente 9,46 % (aproximadamente 11,00% em 2023).

5. Contas a receber de alunos:

	2024	2023
Anuidades a receber	12.326	11.862
Acordos anuidades a receber	22.943	24.661
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.361)	(8.989)
Total líquido	27.908	27.535
Circulante	18.537	17.503
Não Circulante	9.371	10.032
	27.908	27.535

A Administração mantém critérios rígidos que não permitem rolagem de dívida de um semestre para o outro. Os acordos a receber de alunos referem-se a renegociações dos alunos inadimplentes com a Instituição, oferecem meios de pagamento ao aluno considerando seus respectivos limites de crédito e, se necessário, solicita a presença de fiador para o crédito concedido. A composição das contas a receber de alunos por idade de vencimento é a seguinte:

	2024	2023
A vencer:		
Até 90 dias	5.046	4.219
De 91 a 365 dias	7.281	10.723
De 366 a 730 dias	6.882	6.954
De 731 a 1.095 dias	2.903	3.643
Acima de 1.096 dias	1.552	1.689
Total	23.664	27.282

Vencidos:

	2024	2023
Até 30 dias	2.351	1.476
De 31 a 60 dias	1.298	1.178
De 61 a 90 dias	1.150	861
De 91 a 120 dias	929	783
De 121 a 150 dias	689	621
Acima de 150 dias	5.188	4.376
Total	11.605	9.295
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(7.361)	(8.988)
Total	27.908	27.535

A Rubrica "Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa" foi constituída por parcelas vencidas acima de 90 dias, cujos valores provisionados seguem o critério da Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021 e Decreto nº 11.791/2023 em que, para fins de certificação de Entidade Beneficente, se considera o cálculo alunos inadimplentes por período superior a 90 dias, com exceção das mensalidades em cobrança jurídica com probabilidade de recebimento subsequente provável, de acordo com o histórico de anos anteriores. A Instituição adotou como política contábil a baixa dos títulos vencidos acima de 2 (dois) anos, embora continuou os esforços para seu recebimento. Os créditos educacionais a receber-Sistema FIES, estão representados pelos créditos educativos, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal-CEF e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e pelo Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante pode ser utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários) dos funcionários, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional. Os valores em aberto em 31 de dezembro de 2024 referem-se às parcelas dos alunos reatriculados no FIES pendentes de repasse pelo Governo Federal, compostas basicamente pelas mensalidades em dezembro, com recebimento previsto para os meses de janeiro a março de 2025. A movimentação das perdas para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2024	2023
Saldo inicial	8.988	9.035
Adição	243	-
Reversão	(653)	1.337
Baixas de valores incobráveis	(1.217)	(1.384)
Saldo final	7.361	8.988

A constituição e a baixa da provisão das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são registradas no superávit / (déficit) do exercício. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos. Esses valores são calculados levando em conta sua distribuição por período de vencimento e o histórico de recebimento face ao esforço despendido nas diversas ações de cobrança junto aos inadimplentes. Em 31 de dezembro de 2024, a Fundação recebeu antecipadamente o montante de R\$ 3.740 (R\$3.390 em 31 de dezembro de 2023), referente a matrículas.

5.1 Outras Contas a Receber:

	2024	2023
Descrição		
Pts 11ª folha pagto Proc. 5000465-64.2016.4.03.6103	7.850	7.080
Outras contas a receber	1.706	2.265
	9.556	9.345

... continuação

(a) Perdas possíveis jurídico:

Em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as perdas possíveis não são registradas por serem considerados passivos contingentes. A Fundação possui ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e com base na avaliação de seus consultores jurídicos como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2024	2023
Tributárias	4.165	9.891
Cíveis-perdas e danos	20	5
	4.185	9.896

13. Patrimônio líquido:

O patrimônio social incluído no patrimônio líquido é formado pelos superávits ou déficits acumulados apurados. O superávit (déficit) do exercício anterior é transferido para a Rubrica "Patrimônio social" e compõe o saldo inicial dessa rubrica no exercício seguinte. O saldo remanescente da reserva de reavaliação decorre da valorização imobiliária e patrimonial de terrenos, edificações, móveis e utensílios, equipamentos técnicos e de informática e veículos, apurada mediante avaliação realizada por empresa especializada e aprovada pelo Conselho da Fundação em 11 de novembro de 2004. A realização da reserva ocorre na mesma proporção da depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados e é transferida para superávit (déficit) acumulado. Os órgãos superiores da Fundação compreendem os Conselhos Curador, Administração e Fiscal e a Presidência. Na forma de seu estatuto, a Fundação não remunera nem concede vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título, direta ou indiretamente, aos membros dos órgãos superiores, em razão das competências, funções ou atividades que lhes são atribuídas. A Fundação não realizou nem realiza operações com partes relacionadas.

14. Receita líquida de serviços prestados:

	2024	2023
Anuidades de educação:		
Ensino superior	98.522	87.441
Ensino básico	40.021	35.617
Bolsa de estudo Prouni	(17.498)	(14.471)
Bolsa de estudo institucional superior	(2.716)	(2.299)
Bolsa de estudo institucional básico	(5.903)	(5.327)
Descontos concedidos superior	(16.313)	(12.317)
Descontos concedidos básico	(5.419)	(3.790)
Cancelamentos superior	(124)	(102)
Cancelamentos básico	(55)	(80)
	90.515	84.671

15. Custos de serviços prestados:

Descrição	2024	2023
Salários	(58.795)	(55.061)
Encargos	(6.220)	(4.882)
Benefícios	(12.836)	(11.665)
Total	(77.851)	(71.608)

No ano letivo de 2024, a instituição firmou acordo com o sindicato patronal referente ao dissídio de seus colaboradores. Para a Educação Básica, foi aplicado um reajuste de 5% em março, além de um abono de 18% em setembro. No Ensino Superior, conforme o dissídio da categoria, o reajuste total foi de 4,24% ao longo do ano, dividido em 3,44% em julho/24 e 0,8%

Educação Superior COM PROUNI

	2024	Valores R\$ (mil)	2023	Valores R\$ (mil)
Total de alunos matriculados (a)	4.151	98.522	3.749	87.441
Alunos bolsa integral (LC 187/2021)	66	1.634	72	1.552
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005- PROUNI)	495	12.450	450	9.343
Alunos bolsa integral (Pós-graduação stricto sensu) (LC 187/2021)	-	-	-	-
Numero total de alunos com bolsa integral (LC 187/2021) (b)	561	14.084	522	10.895
Outras bolsas integrais (c)	181	4.081	158	3.939
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica regulares (d)	477	5.380	460	3.914
Alunos inadimplentes (e)	17	157	28	302
Alunos Pagantes: (a)-(b)-(c)-(d)-(e)	2.915	74.820	2.581	68.391
Alunos bolsa parcial de 50% (LC 187/2021)	82	634	65	628
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005-PROUNI)	331	4.288	373	4.110
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação stricto sensu) (LC 187/2021)	-	-	-	-
Numero total de alunos com bolsa parcial de 50% (LC 187/2021)	413(2 = 206)	4.922	438(2 = 219)	4.738
Outra bolsas parciais	-	-	-	-
Benefícios complementares convertidos em bolsa integral	-	-	-	-
Verificação do atendimento aos artigos 13,13-A e 13-B da LC 187/2021	Art.13-A	Art.13-A	Art.13-A	Art.13-A
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (educação superior sem PROUNI-1/4)	Atende	Atende	Atende	Atende
Quantidade mínima de bolsas 1/9	Atende	Atende	Atende	Atende
Benefícios complementares (limite de até 25% do total de bolsas integrais)	-	-	-	-

Educação básica

	2024	Valores R\$ (mil)	2023	Valores R\$ (mil)
Total de alunos matriculados (a)	2.557	40.021	2.390	35.617
Alunos bolsa integral (LC 187/2021)	198	2.762	192	2.523
Alunos com bolsa integral e com deficiência (LC 187/2021)	-	-	-	-
Alunos c/ bolsa integral e em tempo integral (LC 187/2021)	103 (x1.4 = 144)	2.000	85 (x1.4 = 119)	1.644
Numero total de alunos c/ bolsa integral (LC 187/2021) (b)	301(342)	4.762	277(311)	4.167
Outras bolsas integrais (c)	183	2.806	188	2.759
Alunos inadimplentes (e)	106	1.074	45	479
Alunos Pagantes: (a)-(b)-(c)-(d)-(e)	1.967	35.840	1.880	32.102
Alunos bolsa parcial de 50% (LC 187/2021)	151	1.051	151	1.015
Numero total de alunos c/ bolsa parcial de 50% (LC 187/2021)	151 (2 = 75)	1.051	151 (2 = 75)	1.015
Outra bolsas parciais	-	-	-	-
Benef. complementares convertidos em bolsa integral	4	69	7	112
Verificação atendimento aos artigos 13,13-A, 13-B da LC 187/2021	Art.13-A	Art.13-A	Art.13-A	Art.13-A
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (educação superior s/PROUNI-1/4)	Atende	Atende	Atende	Atende
Quantidade mínima de bolsas 1/9	Atende	Atende	Atende	Atende
Benef.complementares (limite de até 25% do total de bolsas integrais)	-	-	-	-

Aos

Administradores e Conselheiros da
Fundação Valeparaibana de Ensino
São José dos Campos-SP.

Opinião sobre as demonstrações contábeis:

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Valeparaibana de Ensino ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Valeparaibana de Ensino em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidade Sem fins Lucrativos, (ITG 2002), e Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021 e artigo 14 do decreto nº11.791 de 21 de novembro de 2023.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase:

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 01 às demonstrações contábeis, que menciona que o pedido de renovação da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, na área da educação, ainda se encontra em análise pelo órgão competente. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidade Sem fins Lucrativos (ITG 2002), e Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Fundação Valeparaibana de Ensino

em janeiro/25, com o pagamento de um abono de 7,5% sobre o salário base bruto em julho/24, decorrente da antecipação salarial de 3,44% concedida nos meses de maio e junho/24.

16. Despesas comerciais, gerais e administrativas:

Descrição	2024	2023
Pessoal e encargos sociais	(19.646)	(18.513)
Serviços de Terceiros	(4.691)	(3.764)
Comercial publicidade e propaganda	(1.382)	(1.350)
Material didático	(1.783)	(702)
Energia elétrica, agua e esgoto	(1.595)	(1.931)
Manutenção e conservação	(1.789)	(1.622)
Outras despesas gerais e administrativas	(3.137)	(4.314)
Contribuições a Associações	(706)	(655)
Contribuições de equipamentos	(602)	(570)
Provisão trabalhista	(1.431)	(440)
Material de uso e consumo	(1.557)	(1.486)
Depreciação e amortização	(3.962)	(3.592)
Perda (reversão) em créditos de liquidação duvidosa	410	(1.337)
Total	(41.871)	(40.276)

17. Outras receitas operacionais:

Descrição	2024	2023
Prestação de serviços	4.528	3.894
Pis 1º s/folha pagto Proc. 5000465-64.2016.4.03.6103	770	817
Taxa de material e administrativa	5.508	4.518
Contribuições fundo de pesquisa	6.401	5.785
Ressarcimento de despesas	1.381	2.479
Doações e contribuições	274	349
Outras receitas	612	508
Total	19.474	18.350

18. Resultado financeiro:

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	5.997	7.291
Juros e multas de anuidades em atraso	3.504	4.602
Atualização monetária	36	(79)
	9.537	11.814

Despesas financeiras

Juros e multas	(434)	(671)
Desconto Concedidos	-	(2)
Outras despesas financeiras	(364)	(353)
	(798)	(1.026)
	8.739	10.787

Resultado financeiro líquido

19. Grauidades: Evidenciação de Alunos matriculados, pagantes e bolsistas:
O cálculo da grauidade da Entidade está demonstrado em conformidade com a Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021, e pelo Decreto nº 11.791 de 21 de novembro de 2023, com base na proporção entre o número de bolsas concedidas e o número de alunos pagantes, na proporção de 1/9 e 1/5, conforme determina a legislação mencionada. Utilizada a Calculadora Social, a Fundação em 2024 e 2023 cumpriu a exigência legal, conforme o quadro seguinte:

	2024	Valores R\$ (mil)	2023	Valores R\$ (mil)
Total de alunos matriculados (a)	4.151	98.522	3.749	87.441
Alunos bolsa integral (LC 187/2021)	66	1.634	72	1.552
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005- PROUNI)	495	12.450	450	9.343
Alunos bolsa integral (Pós-graduação stricto sensu) (LC 187/2021)	-	-	-	-
Numero total de alunos com bolsa integral (LC 187/2021) (b)	561	14.084	522	10.895
Outras bolsas integrais (c)	181	4.081	158	3.939
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica regulares (d)	477	5.380	460	3.914
Alunos inadimplentes (e)	17	157	28	302
Alunos Pagantes: (a)-(b)-(c)-(d)-(e)	2.915	74.820	2.581	68.391
Alunos bolsa parcial de 50% (LC 187/2021)	82	634	65	628
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005-PROUNI)	331	4.288	373	4.110
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação stricto sensu) (LC 187/2021)	-	-	-	-
Numero total de alunos com bolsa parcial de 50% (LC 187/2021)	413(2 = 206)	4.922	438(2 = 219)	4.738
Outra bolsas parciais	-	-	-	-
Benefícios complementares convertidos em bolsa integral	-	-	-	-
Verificação do atendimento aos artigos 13,13-A e 13-B da LC 187/2021	Art.13-A	Art.13-A	Art.13-A	Art.13-A
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (educação superior sem PROUNI-1/4)	Atende	Atende	Atende	Atende
Quantidade mínima de bolsas 1/9	Atende	Atende	Atende	Atende
Benefícios complementares (limite de até 25% do total de bolsas integrais)	-	-	-	-

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Demonstração das aplicações:

(a) Receita	2024	2023
Anuidades		
Anuidades (educação superior e educação básica)	90.515	84.671
Perda (reversão) em créditos de liquidação duvidosa	653	(1.337)
	91.168	83.334
Aplicação em gratuidades: Bolsas de estudo	26.118	22.098
Aplicação em gratuidades: ações assistenciais	69	112
	26.187	22.210

(b) Receita (com gratuidades e sem gratuidades NBC T 10.19-Entidades sem Finalidade de Lucros):

	2024	2023
Receitas: Anuidades:		
Anuidades (Educação Superior e Educação Básica)	90.515	84.671
Outras receitas	19.474	18.350
	8.739	10.787
Receitas financeiras, líquidas	118.728	113.808
Aplicação em gratuidades:	(26.187)	(22.210)
Receita (sem gratuidades)	92.541	91.598

(c) Demonstrativo da imunidade das contribuições sociais:

	2024	2023
Aplicação em gratuidades: medidas e ações assistenciais	71.906	68.041
Quota patronal-20%	14.381	13.608
RAT-1%	719	680
Terceiros-4,5%	3.236	3.062
Contribuinte individual	128	141
Contribuições sociais usufruídas	18.464	17.491

(d) PROUNI e FIES:

A Fundação, em observância à Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que substituiu a MP no 213 de 10 de setembro de 2004, aderiu ao Programa Universidade para Todos - PROUNI por meio do termo de adesão de 2 de dezembro de 2004, e vem renovando, semestralmente, sua adesão, mantendo-se ativa no referido programa até a presente data, cumprindo a legislação pertinente. Em 2009 a Fundação aderiu ao FIES/MEC, estando igualmente cumprindo os respectivos dispositivos legais.

20. Adequação das receitas com as despesas com pessoal:

A Fundação aplicou 68 % de sua Receita de mensalidades/anuidades educacionais em Custos/Despesas com Pessoal Docente, conforme determina a Resolução CFC nº 1.409/2012 e parâmetro da Lei das Diretrizes e Base e sua regulamentação, demonstrado a seguir:

	2024	2023
Receitas de mensalidades/anuidades educacionais superior	78.307	70.670
Receitas de mensalidade com gratuidades-Bolsas	20.215	16.771
(-) Deduções das receitas		
Bolsas de estudos Prouni-Integrais 100%	(13.000)	(10.040)
Bolsas de estudos Prouni-Parciais 50%	(4.499)	(4.431)
Bolsas de estudos Institucionais-Integrais 100%	(1.803)	(1.625)
Bolsas de estudos Institucionais-Parciais 50%	(914)	(674)
Outras bolsas de estudo	(4.895)	(4.643)
Devoluções e cancelamentos	(124)	(102)
Descontos concedidos	(16.313)	(12.317)
(=) Receitas líquidas de mensalidades / anuidades educacionais	56.974	53.609
Custos / Despesas com pessoal Docente	38.617	35.663
Percentual de adequação	68%	67%

21. Gestão de risco financeiro: Fatores de risco financeiro:

As atividades da Fundação a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. Visando minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, o departamento de finanças da Fundação gerencia os riscos de forma a identificar, avaliar e proteger a entidade de eventuais riscos financeiros.

Paracer do Conselho Fiscal			
"O Conselho Fiscal, da Fundação Valeparaibana de Ensino, nos termos do art. 29 do Estatuto da FVE, após examinar o Balanço Patrimonial da Fundação Valeparaibana de Ensino em 31 de dezembro de 2024 e as correspondentes demonstrações do déficit/superávit dos exercícios, das mutações do patrimônio social, dos fluxos de caixa e notas explicativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, auditadas e com parecer sem ressalvas, dos Auditores Independentes da BDO RCS Auditores Independentes SS, bem como as provas nos registros contábeis e outros procedimentos técnicos e legais julgados necessários, são de opinião de que as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Fundação Valeparaibana de Ensino, pelo que recomendam a sua aprovação pelos órgãos competentes da Fundação"			
Dr. Ricardo Augusto Scarpel	Eliane Fátima de Moraes	Tânia Marcelle F. Mendonça	
Presidente	Conselheiro	Conselheiro	

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto